

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 5 de novembro de 2025 • Nº 2174 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

BALANÇO

Itaú tem lucro líquido de R\$ 11,9 bilhões no 3º trimestre

O Itaú Unibanco reportou lucro líquido gerencial de R\$ 11,876 bilhões no terceiro trimestre de 2025, um resultado 11,3% superior ao observado em igual intervalo de 2024. Na comparação com o segundo trimestre deste ano, o lucro foi 3,2% maior. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) do banco ficou estável na comparação trimestral, em 23,3% (a maior entre os bancos privados), acima de 22,7% um ano antes. A margem financeira gerencial foi de R\$ 31,3 bilhões, crescimento de 10,1% em um ano, e de 0,7% em três meses. Já a margem financeira com clientes subiu 11% em um ano, para R\$ 30,479 bilhões, enquanto a margem com mercado caiu 14,6%, para R\$ 902 milhões. **PÁGINA 3**

FORMA ESCALONADA

Câmara aprova licença paternidade de até 20 dias

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o projeto de Lei (PL) 3935/2008 que aumenta de maneira gradual a licença paternidade até 20 dias. A proposta, aprovada de maneira simbólica com o voto contrário do Novo, aumenta a licença de forma escalonada de 10 dias do primeiro ao segundo ano de vigência da lei até 20 dias a partir do quarto ano. A licença ainda poderá ser dividida em dois períodos a partir da requisição do empregado. O texto agora retorna para análise no Senado. Inicialmente, o projeto previa que a licença seria de 10 dias no 1º ano de aplicação da lei, de 15 dias no segundo ano, com acréscimo de 5 dias/ano até 30 dias no 5º ano, mantido daí em diante. **PÁGINA 7**

SÃO PAULO

Doença: Febre Maculosa causa mais duas mortes

PÁGINA 4

SELIC

Haddad: bancos pressionam BC por manutenção dos juros

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, que, apesar da pressão dos bancos para que o Banco Central (BC) não baixe os juros, a taxa Selic terá que cair. "Não tem como sustentar 10% de taxa de juros real. Com inflação a partir de 4,5%, você vai sustentar um juro (básico, Selic) a 15%?", disse, em evento da Bloomberg Green sobre COP-30, em São Paulo. O ministro afirmou que o Brasil está em uma situação

IBGE



IBGE

CRÍTICA

Lula diz que Operação Contenção da polícia no RJ foi ‘matança’ desastrosa



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) comentou, ontem, sobre a Operação Contenção, realizada no dia 28 de outubro, no Rio de Janeiro. Para o presidente, a operação foi “desastrosa”. “O dado concreto é que a operação, do ponto de vista da quantidade de mortes, as pessoas podem considerar um sucesso, mas do ponto de vista da ação do Estado, eu acho que ela foi desastrosa”, disse o presidente em entrevista a agências internacionais de notícias. De acordo com a agência de notícias Reuters, o presidente disse que seu governo vai pressionar por uma investigação independente. **PÁGINA 5**

muito melhor do que analistas liberais afirmam, e os indicadores mostram isso. "Economia é indicador e eles parecem não prestar atenção nos indicadores", disse, enfatizando que o governo Luiz Inácio Lula da Silva entregará, em seus quatro anos de mandato, a menor inflação e o menor desemprego da história do Brasil, além do maior crescimento desde 2010 - quando Lula deixou a presidência. **PÁGINA 3**

Juros voltam a afetar produção industrial do País em setembro

A produção da indústria brasileira recuou 0,4% na passagem de agosto para setembro. O resultado elimina parte do crescimento de 0,7% que havia sido registrado em agosto. Na comparação com setembro de 2024, a produção industrial cresceu 2%. No acumulado de 12 meses, o setor tem alta de 1,5%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o gerente da pesquisa, André Macedo (**foto**), o comportamento de menor intensidade da indústria nos últimos meses é explicado pela taxa de juros em patamares elevados. **PÁGINA 2**

SENADO

Contarato vai presidir a CPI do Crime Organizado

O senador petista Fabiano Contarato (ES) foi escolhido para presidir a CPI do Crime Organizado, instalada no Senado ontem. Delegado de polícia por 27 anos, ele foi eleito senador pelo Espírito Santo em 2018, pela Rede Sustentabilidade. Em dezembro de 2021, ele deixou o partido pelo qual venceu o pleito e ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 2022 e 2023, ele foi líder da sigla de Lula no Senado. Em maio do ano passado, foi único senador do PT que votou a favor da derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no projeto de lei que pôs fim à "saudinha" de presos. Contarato também ganhou destaque na CPI da Covid, em 2021, quando relatou ter sido alvo de ataque homofóbico. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA 0,52% / 150.315,20 / 774,77 / Volume: 21.315.026.118 / Negócios: 3.662.442											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			%
GOLL54	5,25	+3,14	+0,16	BMKS3	488,00	+15,64	+65,99	OSXB3	2,10	-16,00	-0,40
PETR4	30,10	+1,18	+0,35	FESA3	12,14	+10,36	+1,14	CRPG5	18,95	-14,72	-3,27
POMO4	7,25	-8,11	-0,64	BIED3	3,28	+9,70	+0,29	CRPG6	19,41	-11,77	-2,59
AMBP3	0,33	-5,71	-0,02	LIGT3	6,20	+8,96	+0,51	TOKY3	1,020	-8,93	-0,100
BBDC4	18,36	+1,10	+0,20	WLMM3	22,00	+8,64	+1,75	PTINT4	4,95	-8,33	-0,45
									Dow Jones	47.562,87	+0,09
									S&P 500	6.840,2	+0,26
									NASDAQ Composite	23.724,957	+0,61
									Nasdaq 100	25.858,125	+0,48
									Euronext 100	1.708,56	-0,46
									CAC 40	8.121,07	-0,44
										Salário mínimo	R\$ 1.412,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,5373
										Taxa Selic	15%
										IGP-M	0,42% (set.)
										IPCA	0,48% (set.)
										CDI	14,90%
										OURO	
										BM&F/grama/RJ	R\$ 690,45
										EURO Comercial	
										Poupança	0,6729%
										Compra: 6,1707	Venda: 6,1713
										EURO turismo	
										Compra: 6,2404	Venda: 6,4207
										DÓLAR Ptax - BC	
										Compra: 5,3505	-0,63%
										DÓLAR comercial	
										Compra: 5,3568	Venda: 5,3574
										DÓLAR turismo	
										Compra: 5,3765	Venda: 5,5565

MERCADOS

Bovespa luta no fim e sobe 0,17%, aos 150,7 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) reteve em fechamento a inédita marca de 150 mil pontos pelo segundo dia, em viés positivo no ajuste de fechamento, estendendo a série para dez altas - sete delas correspondendo a níveis recordes de encerramento. A sequência de dez avanços é a mais longa desde os 11 ganhos observados na primeira quinzena de julho de 2024. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) voltou a estabelecer novo pico histórico intradia, aos 150.887,55 pontos, no início da tarde, antes de perder fôlego na etapa vespertina, recuperando-se apenas nos minutos finais, em alta de 0,17%, aos 150.704,20 pontos, nova máxima de encerramento para o Ibovespa.

Reforçado em direção ao fechamento, o giro financeiro foi a R\$ 25,3 bilhões. Na semana, o índice sobe 0,78%, e no ano agrega ganho de 25,29%. Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Pão de Açúcar (+6,16%), Vamos (+5,02%) e IRB (+3,49%). No lado oposto, Embraer (-3,60%) após balanço trimestral, seguida por Cosan (-3,12%) e CSN Mineração (-2,13%) no encerramento.

Na B3, o prosseguimento da escalada do Ibovespa parecia que seria contido pelo desempenho negativo do carro-

chefe Vale (ON -1,12%). Contudo, Petrobras se firmou em alta à tarde na ON (+0,94%, máxima do dia no fechamento) e na PN (+0,5%) apesar da queda do petróleo em Londres e Nova York. O dia também foi desfavorável ao minério de ferro na China, em baixa de 1,7% em Dalian.

Assim como Vale, Itaú, que divulga balanço após o fechamento, também oscilou para baixo, contribuindo para tirar força do Ibovespa na etapa vespertina, com a ação PN do banco em retração moderada a 0,30% no fechamento, na contramão dos papéis do setor financeiro nesta terça, em que o destaque, entre as maiores instituições, foi o Banco do Brasil (ON +0,86%).

Em dia de agenda macro relativamente esvaziada, destaque para a retração de 0,4% da produção industrial em setembro, na margem, conforme dados divulgados de manhã pelo IBGE, na véspera da deliberação do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a Selic, que deve ser mantida em 15% ao ano, amanhã. A expectativa para o fim da reunião desta quarta-feira se volta para o comunicado, na medida em que o mercado aguarda para o primeiro trimestre de 2026 o início do processo de redução da taxa básica de juros - que pode sofrer atraso, possivelmente para abril.

IBGE

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A produção da indústria brasileira recuou 0,4% na passagem de agosto para setembro. O resultado elimina parte do crescimento de 0,7% que havia sido registrado em agosto. Na comparação com setembro de 2024, a produção industrial cresceu 2%. No acumulado de 12 meses, o setor tem alta de 1,5%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho de setembro coloca a indústria em um patamar 2,3% acima do período pré-pandemia de Covid-19 (fevereiro de 2020) e 14,8% abaixo do maior ponto já alcançado, em maio de 2011.

INFLUÊNCIAS

O IBGE apurou que na passagem de agosto para setembro, houve recuo de produção em 12 das 25 atividades industriais pesquisadas. Os destaques negativos foram:

- produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-9,7%)
- indústrias extrativas (-1,6%)
- veículos automotores, rebocadores e carrocerias (-3,5%)

Já entre as atividades que cresceram, as maiores influências foram:



- produtos alimentícios (1,9%)
- produtos do fumo (19,5%)
- produtos de madeira (5,5%)

EFEITO DOS JUROS

No período de abril a setembro, a indústria teve quatro resultados negativos. O dado de agosto é o recuo mais intenso desde maio (-0,5%).

De acordo com o gerente da pesquisa, André Macedo(foto), o comportamento de menor intensidade da indústria nos últimos meses é explicado pela taxa de juros em patamares elevados.

"Isso faz com que decisões de

flação está acima do teto da meta do governo, que vai até 4,5%.

Ao esfriar a economia, a taxa de juros alta tende a diminuir a procura por bens e serviços, de forma a frear a inflação. O efeito colateral é o obstáculo à geração de emprego e crescimento econômico.

TARIFAÇÃO

De acordo com o gerente do IBGE, foi observado ainda que algumas empresas industriais justificam a queda na produção por causa do tarifação americano, que aumentou a taxa em cima de parte dos produtos brasileiros vendidos para os Estados Unidos. Mas Macedo explica que a pesquisa não consegue medir o tamanho desse efeito específico.

O tarifação foi iniciado em agosto e tem, na visão do governo americano, o papel de proteger a economia americana. O presidente Donald Trump chegou a alegar que se tratava também de retaliação ao tratamento dado pelo Brasil ao ex-presidente Jair Bolsonaro, quem Trump considerava ser perseguido, antes de ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro, por tentativa de golpe de Estado.

Nas últimas semanas, os governos brasileiro e americano fizeram encontros como forma de buscar acordos para a parceria comercial.

Dólar sobe e se aproxima de R\$ 5,40 com aversão ao risco no exterior

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar exibiu alta firme ontem, alinhado ao comportamento da moeda americana no exterior. Investidores adotaram uma postura avessa ao risco, em meio a dúvidas sobre a extensão do afrouxamento monetário pelo Federal Reserve, além de temores de uma correção mais forte das bolsas em Nova York. O real, que costuma sofrer mais em dias de perdas de divisas emergentes, hoje caiu menos que seus principais pares, como o peso mexicano e o rand sul-africano.

A perspectiva de que o Comitê de Política Monetária (Copom) anuncie hoje, a manutenção da taxa Selic em 15% ao ano com um comunicado duro, desautorizando apostas de cortes de juros ainda neste ano, tende a amenizar as pressões sobre a moeda brasileira vindas tanto do mercado glo-

bal quanto do aumento sazonal de remessas ao exterior.

Com máxima a R\$ 5,4017, à tarde, o dólar à vista encerrou a sessão em alta de 0,77%, a R\$ 5,3989 - maior valor de fechamento em 10 dias. Depois de ganho de 1,08% em setembro, a moeda avança 0,35% nos dois primeiros pregões de outubro. No ano, as perdas são de 12,64%, o que faz o real liderar os ganhos entre divisas latino-americanas no período.

Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY superou a marca dos 100,000 pontos pela primeira vez desde o início de agosto. A libra tocou o menor valor desde abril com temores fiscais no Reino Unido. A exceção foi o iene, com ganhos de cerca de 0,30% na comparação com a moeda americana. Petróleo e commodities metálicas caíram.

CNC

Endividamento das famílias sobe pelo terceiro mês seguido

DANIELA AMORIM/AE

Os brasileiros ficaram mais endividados em outubro, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A proporção de famílias com dívidas subiu a 79,5% em outubro, maior patamar da série histórica iniciada em 2010, apontou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic).

A fatia de famílias inadimplentes se manteve em outubro no ápice histórico de 30,5% já alcançado em setembro. Além disso, houve um recorde de 13,2% das famílias brasileiras afirmando que não terão condi-

ções de pagar suas dívidas em atraso, ou seja, que permanecerão inadimplentes.

Segundo a CNC, o resultado da pesquisa sugere impactos nas vendas do comércio para a Black Friday e o Natal.

"O avanço no endividamento, na inadimplência e na percepção de insuficiência financeira simultaneamente e pelo terceiro mês seguido é um alerta para a necessidade de ajustes, principalmente na área fiscal, para que os resultados de 2025 não se repitam ou se agravem ainda mais em 2026", avaliou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tardos, em nota.

A pesquisa considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

A proporção de famílias com contas em atraso por mais de 90 dias avançou a 49,0% em outubro, o maior nível desde dezembro de 2024 Houve aumento ainda, pelo segundo mês consecutivo, do percentual de famílias comprometidas com dívidas por mais de um ano, para 32,0%. A fatia de consumidores que têm mais da metade dos rendimentos comprometidos com dívidas aumentou também pelo segun-

do mês seguido, para 19,1%.

"Nem mesmo o bom momento do mercado de trabalho tem sido suficiente para conter o avanço na inadimplência, tamanho o patamar atual dos juros. Nesse cenário, o comércio já sente desaceleração das vendas, uma vez que as famílias se veem obrigadas a promover ajustes no orçamento para se adaptar a essa realidade", apontou o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, em nota.

A CNC projeta que o endividamento aumente em 3,3 pontos percentuais até o fim deste ano em relação ao patamar que encerrou 2024, enquanto a inadimplência subiria 1,5 ponto porcentual.

Veículos

Toyota retoma produção após paralisação de 40 dias

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Toyota reativou a produção de veículos no Brasil nas fábricas de Indaiatuba e Sorocaba, ambas no interior paulista, após pouco mais de 40 dias de paralisação. As unidades estavam paradas desde 22 de setembro por causa de uma tempestade, que atingiu fortemente a planta de Porto Feliz (SP), onde os motores da montadora

eram produzidos.

A retomada teve início na segunda-feira passada e será gradual, com utilização de motores e peças importados de outras unidades no exterior. Nesta primeira etapa, a Toyota do Brasil produzirá as versões híbridas dos modelos Corolla e Corolla Cross.

Em outubro, a Toyota informou que somente em janeiro de 2026 será retomada a produção

de veículos com motores convencionais, tanto para o mercado brasileiro quanto para exportação, abrangendo os veículos da linha de produção atual - Corolla e Corolla Cross.

TEMPESTADE

As fortes chuvas e vendavais de 22 de setembro deixaram um saldo de destruição e prejuízos no estado de São Paulo. A Defesa Civil divulgou balanço com

33 ocorrências, com um saldo de 24 pessoas feridas, oito desabrigadas e 33 desalojadas em diferentes regiões.

Além do destelhamento da fábrica da montadora em Porto Feliz, que deixou dez pessoas feridas e oito desabrigadas, houve alagamentos, queda de árvores, desabamentos.

Também foram registradas ocorrências graves em Rancharia, Ourinhos, Santa Fé do Sul, Presidente Prudente e Presidente Venceslau, com vendavais, destelhamentos e queda de árvores. Em Dracena, uma árvore caiu sobre um veículo deixando duas vítimas. Em Osasco, o telhado de três residências desabou deixando três famílias desalojadas.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

SELIC

Haddad: bancos pressionam BC por manutenção dos juros

CAROLINE ARAGAKI/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, que, apesar da pressão dos bancos para que o Banco Central (BC) não baixe os juros, a taxa Selic terá que cair.

"Não tem como sustentar 10% de taxa de juros real. Com inflação a partir de 4,5%, você vai sustentar um juro (básico, Selic) a 15%?", disse, em evento da Bloomberg Green sobre COP-30, em São Paulo.

O ministro afirmou que o Brasil está em uma situação muito melhor do que analistas liberais afirmam, e os indicado-

res mostram isso.

"Economia é indicador e eles parecem não prestar atenção nos indicadores", disse, enfatizando que o governo Luiz Inácio Lula da Silva entregará, em seus quatro anos de mandato, a menor inflação e o menor desemprego da história do Brasil, além do maior crescimento desde 2010 - quando Lula deixou a presidência

Segundo Haddad, a inflação já está cedendo, convergindo para a meta, mas ele observa o mercado financeiro torcendo contra. Disse também que o governo Lula pode entrar bem em 2026, terminando o mandato com indicadores econômicos

superiores.

REFORMA DE RENDA

O ministro da Fazenda enfatizou que o Brasil deve votar em breve uma nova etapa da reforma da renda no Brasil, diminuindo a desigualdade que, segundo ele, impede o crescimento econômico.

"Não existe crescimento com esse nível de desigualdade", disse, ponderando, contudo, que o governo deve entregar o menor índice de Gini da história recente.

Haddad afirmou, ainda, que o presidente Lula tem muita sensibilidade social, visto que ele não aceita déficit habitacio-

nal nem o aumento do desmatamento.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O ministro disse que o Brasil, em três anos, fez muito para criar um ambiente de negócio favorável, o que já está se refletindo nos investimentos.

Segundo ele, nunca houve tantos leilões de rodovias, infraestrutura no geral, na B3 quanto nos últimos três anos. "O Ministério dos Transportes, por exemplo, vai duplicar a média dos quatro anos anteriores em termos de negócio", disse, enfatizando que os leilões brasileiros são muito competitivos.

FINANCIAMENTOS

Finep vai liberar R\$ 1 bilhão em crédito para empresas

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) informou que, desde a última segunda-feira, empresas de qualquer local do país podem submeter propostas de projetos de inovação para obter recursos do novo ciclo de crédito descentralizado: o Inovacred.

Ao todo, serão disponibilizados R\$ 1 bilhão em recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para fomentar a inovação e ampliar a competitivi-

dade nacional.

Ao menos R\$ 300 milhões serão destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Todos os projetos submetidos deverão ser contratados até 31 de dezembro deste ano.

Programa de financiamento reembolsável da Finep, o Inovacred utiliza recursos do FNDCT, sendo operado por cerca de 30 agentes financeiros no país, que estarão encarregados de avaliar, aprovar e acompanhar os proje-

tos contratados, financiando itens como equipamentos, softwares, infraestrutura, mão de obra e serviços especializados para promover inovação em produtos, processos ou serviços em todo o território nacional.

INVESTIMENTOS

"A liberação desses recursos em todo o Brasil é a materialização do compromisso assumido pela Finep e pelo governo federal de conferir robustez e regula-

ridade nos investimentos em ciência, tecnologia e inovação no país, com oportunidades tanto nas localidades que concentram mais projetos quanto para o desenvolvimento regional", assegura o presidente da Finep, Luiz Antonio Elias.

O Inovacred segue atrativo com condições a partir de TR+6,068% a.a. e até 96 meses de prazo total, com 24 meses de carência e até 100% de participação da Finep.

FAZENDA

Haddad cita objetivo do governo de colocar ordem nas contas

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, na capital paulista, que o governo continua empenhado em sua intenção de buscar um equilíbrio das contas públicas, e rebateu as críticas de que não haverá cumprimento das metas fiscais. De acordo com o ministro, as críticas de que o governo não cumprirá suas metas seriam "um delírio".

"Vamos entregar o melhor resultado fiscal do país em 4 anos, mesmo pagando tudo o que não se pagou de calote do governo anterior. E a impressão que se dá é que estamos vivendo uma crise fiscal. Isso é um delírio que eu preciso entender do ponto de vista psicológico, porque do ponto de vista econômico eu não

consigo entender. Então falando que vou mudar a meta de superávit primário desde 2023. Mas eu não mudei nenhuma vez. Estão falando que vou mudar a meta desde 2023, mas eu cumpro meus objetivos", afirmou.

O ministro reafirmou que apesar de haver "um jogo contra o Brasil" e "muita torcida contra", o governo não vai recuar em suas metas.

"É isso que as pessoas precisam entender, nós não vamos recuar dos objetivos de colocar



as contas em ordem, que estão desorganizadas desde 2015", garantiu o ministro ao participar de uma mesa no evento COP30 Business & Finance Fórum, promovido pela Bloomberg Philanthropies.

"Eu estou preocupado mesmo é com o tanto de dinheiro que está entrando no país", acrescentou.

Durante sua participação no evento, Haddad declarou que o Brasil está criando um ambiente de negócios favorável, como a reforma tributária, que está atraindo investimentos es-

trangeiros.

"Nós nunca tivemos tantos leilões na B3 (Bolsa de Valores) de rodovias e de infraestrutura, de uma maneira geral, como nós tivemos nesses 3 anos. O Ministério dos Transportes, como exemplo, vai duplicar a média dos 4 anos anteriores em termos de oferta de negócio no Brasil", lembrou.

Outro fator que deve contribuir para esse ambiente de negócios favorável, de acordo com Haddad, é a reforma sobre a renda.

"Estamos para votar uma nova etapa da reforma da renda no Brasil. A desigualdade no Brasil é um impedimento para o crescimento. Não existe crescimento com esse nível de desigualdade. Mas nós estamos corrigindo isso", disse.

TERCEIRO TRIMESTRE

CSN tem lucro líquido de R\$ 76 milhões e reverte prejuízo de R\$ 751 milhões

TALITA NASCIMENTO/AE

A CSN apresentou lucro líquido de R\$ 76 milhões no terceiro trimestre de 2025, revertendo, assim, o prejuízo de R\$ 751 milhões registrado em igual período de 2024, bem como o prejuízo de R\$ 130 milhões verificado no trimestre imediatamente anterior

"Essa foi a primeira vez no ano em que a CSN conseguiu registrar lucro, refletindo toda a melhora operacional observada no período, além do efeito positivo da variação cambial nas despesas financeiras e a rever-

são de impostos registrada no trimestre", pontua a gestão no release de resultados.

O Ebitda ajustado foi de R\$ 3,319 bilhões no trimestre, avanço anual de 45,3%. A margem Ebitda ajustada do período foi de 26,8%, 3,3 pontos percentuais (p.p.) acima da registrada no trimestre imediatamente anterior.

A melhora na rentabilidade reflete, ainda segundo a companhia, o resultado operacional alcançado do período, com recordes de produção e vendas na mineração, o segundo maior desempenho de vendas da his-

tória em cimentos, o maior Ebitda já registrado no segmento de logística com aumento de eficiência na movimentação de cargas, além de uma maior gestão no processo siderúrgico, com o menor custo de produção de placas dos últimos quatro anos.

A empresa credita o movimento ainda ao ambiente favorável de preços tanto na mineração quanto em cimentos, que também contribuíram para essa performance no período. "Nesse sentido, o único segmento que verificou uma pressão de preços neste trimestre foi o da siderur-

gia em razão do cenário ainda hostil em relação ao impacto do material importado na dinâmica concorrencial do mercado doméstico", explica a CSN.

A companhia ressalta, porém, que esse cenário já começa a apresentar sinais de melhora, com reajustes sendo aplicados no início do quarto trimestre, "o que pode se configurar como uma importante alavanca para os próximos trimestres".

A receita líquida da CSN somou R\$ 11,794 bilhões no terceiro trimestre, alta de 6,6% em relação com o mesmo período de 2024.

CAE

PL que eleva tributação de fintechs e bets fica para semana que vem

CÍCERO COTRIM/AE

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), Renan Calheiros (MDB-AL), confirmou ontem, que o Projeto de Lei (PL) 5.473/2025, que aumenta a tributação de bets e fintechs, não deve ser apreciado pelo colegiado hoje. A votação deve ficar para a próxima semana, ele disse.

"Não vai ser votado amanhã, porque o relator pediu um prazo a mais. Deve ficar para a semana que vem. Mas aqui nós votaremos", disse Renan a jornalistas, na saída de uma sessão da CAE.

Originalmente, a previsão era de que o projeto de lei fosse votado nesta terça-feira.

O relator, Eduardo Braga (MDB-AM), disse que ainda há uma série de questões a resolver no projeto, o que demanda mais tempo para análise. Entre os pontos que precisam ser negociados, ele citou o aumento

da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de seguradoras, a 15%, com implicações para o mercado.

"Eu acho que, para ajustar, talvez a gente tenha de deixar para a próxima semana", disse Braga, também na saída da sessão da CAE

Indagado por jornalistas, Braga não descartou a possibilidade de incluir no projeto um aumento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP). A ação estava previsto na Medida Provisória (MP) 1.303, com alternativas à alta do IOF, mas acabou não sendo incluída no PL por Renan, autor do texto. Ele relatou não ter conversado com a Fazenda.

Braga disse que, ao longo desta terça-feira, vai conversar com representantes do Ministério da Fazenda, embora uma reunião presencial não esteja agendada. Ele também deve conversar com entidades setoriais.

BALANÇO

Itaú tem lucro líquido de R\$ 11,9 bilhões no terceiro trimestre

ANDRÉ MARINHO
E ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O Itaú Unibanco reportou lucro líquido gerencial de R\$ 11,876 bilhões no terceiro trimestre de 2025, um resultado 11,3% superior ao observado em igual intervalo de 2024. Na comparação com o segundo trimestre deste ano, o lucro foi 3,2% maior.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) do banco ficou estável na comparação trimestral, em 23,3% (a maior entre os bancos privados), acima de 22,7% um ano antes.

A margem financeira gerencial foi de R\$ 31,3 bilhões, crescimento de 10,1% em um ano, e de 0,7% em três meses. Já a margem financeira com clientes subiu 11% em um ano, para R\$ 30,479 bilhões, enquanto a margem com mercado caiu 14,6%, para R\$ 902 milhões.

PETROBRAS

O Itaú Unibanco ultrapassou a Petrobras e subiu ao posto de segunda companhia mais valiosa do Brasil, horas antes da di-

vulgação do balanço do terceiro trimestre, ontem.

Na semana passada, a petroleira já havia sido superada pelo Nubank, que ocupa a primeira colocação do ranking compilado pelo site Companies Market Cap.

Na B3, a ação do Itaú operava em baixa moderada nesta terça-feira, mas soma valor de mercado de US\$ 73,57 bilhões (cerca de R\$ 396,5 bilhões pelo câmbio desta terça-feira).

Já a Petrobras está avaliada em US\$ 73,54 bilhões (R\$ 396,3 bilhões). Negociado na Bolsa de Nova York, o Nubank tem avaliação em US\$ 77 bilhões (R\$ 415 bilhões).

O maior banco privado do País deve informar lucro de R\$ 11,842 bilhões no terceiro trimestre, em novo recorde, conforme a média de projeções de oito casas consultadas pelo Prévias Broadcast.

A expectativa é de continuidade na dinâmica de previsibilidade e consistência nos números do Itaú, sem os sobressaltos que desafiaram rivais como Banco do Brasil e Bradesco recentemente.

GRUPO PÃO DE AÇÚCAR

Lucro líquido do GPA é de R\$ 137 milhões no terceiro trimestre

ARAMIS MERKI II/AE

O lucro líquido consolidado do GPA no terceiro trimestre de 2025 foi de R\$ 137 milhões, revertendo um prejuízo de R\$ 310 milhões em igual período de 2024. O indicador que leva em consideração apenas as operações continuadas ficou positivo em R\$ 145 milhões, frente a um prejuízo de R\$ 252 milhões um ano antes. O Ebitda ajustado ficou em R\$ 412 milhões, alta de 3,4% na comparação anual. Já a receita líquida foi de R\$ 4,556 bilhões, avanço de 1,4%.

No período, a margem bruta alcançou 27,6%, retração de 0,1 ponto percentual (p.p.) sobre igual período de 2024, que a companhia avalia ter se mantido em níveis sólidos. Já a margem Ebitda Ajustada, de

9,1%, teve um aumento de 0,2 p.p. sobre o resultado de um ano atrás.

A companhia destaca que o resultado foi beneficiado pelo crescimento de 4,1% nas vendas em mesmas lojas (SSS, na sigla em inglês), além da liderança no e-commerce de varejo alimentar. "Seguimos firmes na execução de um plano centrado na simplificação do negócio e no aumento da produtividade em todas as frentes", afirma o diretor presidente do GPA, Rafael Russowsky, em mensagem no release de resultados.

Além disso, o GPA informou totalizar um capital para investimento (Capex) de R\$ 146 milhões, uma redução de R\$ 36 milhões em relação a um ano antes e de R\$ 13 milhões frente ao trimestre imediatamente anterior.

EX-DELEGADO

Décimo suspeito de participar da morte de Ruy Ferraz é preso

A Polícia Civil de São Paulo prendeu na segunda-feira passada, o décimo suspeito de envolvimento no assassinato do ex-delegado-geral Ruy Ferraz Fontes. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, o homem foi capturado no Grajaú, zona sul da capital, e possui antecedentes criminais por receptação, porte ilegal de arma de fogo e furto.

Com ele foi apreendida uma arma de fogo calibre 380. Até o momento, dez envolvidos estão presos, dois se encontram foragidos e um morreu.

O QUE ACONTECEU?

Ruy Ferraz Fontes, de 64 anos, foi assassinado em 15 de setembro em Praia Grande, no litoral de São Paulo. Ele foi baleado em uma emboscada enquanto saía da sede da Prefeitura da cidade, onde era secretário municipal de Administração.

O ex-delegado-geral era conhecido por sua atuação contra a facção Primeiro Comando da Capital (PCC). Ele chefiou a Polícia Civil paulista entre 2019 e 2022. Em 2006, foi o responsável por indiciar toda a cúpula do PCC, inclusive

Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola.

INVESTIGAÇÃO

A polícia investiga um possível elo entre uma licitação de R\$ 24 milhões realizada em setembro pela Prefeitura de Praia Grande com o assassinato. Como mostrou o Estadão, a hipótese já havia sido levantada em um primeiro momento - a licitação teria prejudicado uma entidade ligada aos criminosos.

No início do mês, o subsecretário de Gestão e Tecnologia de Praia Grande, Sandro Rogério Pardini, e outros quatro funcionários públicos da cidade no litoral de São Paulo foram alvos de mandados de busca e apreensão. Com Pardini, foram apreendidos celular, computadores, três pistolas, R\$ 50 mil em espécie, mil euros e 10 mil dólares em sua residência.

Em nota, a defesa do subsecretário afirma que Pardini "nega veementemente toda e qualquer participação, seja ela direta ou indireta, nos fatos que estão sendo apurados". Acrescenta ainda que ele está à disposição das autoridades para colaborar.

CLIMA

SP sedia evento pré-COP30: o Summit Agenda SP + Verde

O Summit Agenda SP + Verde transforma São Paulo, que ocorre até hoje, no epicentro de um grande debate sobre desenvolvimento sustentável. O evento acontece no Parque Villa-Lobos, onde uma mega estrutura foi preparada para receber cerca de 500 palestrantes e 10 mil pessoas nos dois dias.

O evento terá quatro eixos temáticos: Finanças Verdes, Resiliência e Futuro das Cidades, Justiça Climática e Sociobiodiversidade e Transição Energética e Descarbonização.

Entre os nomes confirmados estão Jennie Cato (Scania), Luz Stella (Colombian Natural Gas Association), Katerina Elias-Trostmann (Salesforce), Wolfgang Dieker (SAP) e Alberto Mina (MIND de Milão). A programação também inclui ainda Natália Resende, secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e executivos como Carlos Piani (Sabesp), Gustavo Estrella (CPFL), João Brito Martins (EDP South America) e Gilberto Peralta (Airbus Brasil).

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura deve ser encarada não como uma barreira, mas como uma poderosa alavanca para a sustentabilidade. Esta foi a tese central defendida por especialistas e representantes do governo paulista durante o painel “Construindo Futuros Sustentáveis: A Infraestrutura como Agente de Transformação”, realizado nesta terça-feira no Summit Agenda SP + Verde. O debate destacou a necessidade de um planejamento integrado que una concessões, recuperação ambiental e uma visão de longo prazo.

Mediado por Marcelo Donni- ni Freire, Presidente do ICT Sigma, o evento contou com a participação de Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil); Brendon Ramos, CEO da Via Ap- pia; Carlos Piani, CEO da Sa- besp; e a palestrante Natalia Marcassa. Um dos pontos da apresentação da secretária Natá- lia Resende foi a defesa de uma matriz de transporte multimodal. “Temos uma matriz muito baseada em rodovias, isto não é

só no Brasil. E temos que olhar como os transportes se equili- bram, em uma lógica de susten- tabilidade”, ponderou.

MAIS RESILIENTES

O painel “Eventos Extremos: Cidades Resilientes no Contexto das Mudanças Climáticas” reu- niu especialistas e gestores pú- blicos para discutir soluções pa- ra o fortalecimento da resiliência urbana diante dos impactos das mudanças climáticas.

Em sua participação, o Coro- nel Henguel Ricardo Pereira, Coordenador Estadual da Defe- sa Civil destacou a relevância do planejamento e da ação preven- tiva, ressaltando que a constru- ção de cidades resilientes exige mais do que respostas emergen- ciais. “Precisamos trabalhar na mudança da cultura de risco da população e para isso temos in- vestido no eixo da educação e da tecnologia, implementando alertas precoces pelo celular e le- vando o tema de prevenção para dentro das salas de aula”. Ele ainda reforçou que a tecnologia e os sistemas de alerta só são efi- cazes quando há engajamento social e compreensão sobre a importância da prevenção.

Já para Luciana Feldman, chefe de Gabinete da Secretaria Executiva de Mudanças Climáti- cas da cidade de São Paulo, as medidas são urgentes e exigem prioridade nos investimentos. “A cidade de São Paulo tem prio- rizado medidas de preparação e mitigação às mudanças climáti- cas com investimento em ener- gia limpa, aumento das áreas verdes e justiça climática”.

SUCROENERGÉTICO

“O setor sucroenergético é um patrimônio da economia paulista, temos uma vocação pa- ra a produção de biocombusti- veis e uma tradição na produção do etanol. O setor já tem investi- do em formas de aproveitar ao máximo a energia que tem na produção da cana de açúcar. No ano passado, fizemos uma agen- da para exploração do potencial de biometano e neste ano fize- mos uma acordo para produzir combustíveis derivados de resí- duos. Para alimentar as caldei- ras, vamos usar resíduos sólidos urbanos.

LEME

Febre maculosa causa mais duas mortes no interior

MATHEUS CROBELATTI/AE

Duas pessoas morreram, na cidade de Leme (in- terior de São Paulo), na semana passada, devido à febre maculosa. A informação foi con- firmada pela Secretaria de Saú- de do município. Não foram di- vulgados os nomes, gênero ou idade das vítimas.

Segundo a secretaria, equi- pes técnicas da prefeitura adota- ram todas as medidas de contro- le e vigilância assim que os casos foram notificados. As ações de contenção têm sido realizadas pelo Setor de Vigilância Epide- miológica e Zoonoses.

O interior do estado de São

Paulo vem sofrendo com casos da doença, que é transmitida pelo carrapato. A cidade de Sal- to , distante cerca de 90 quilô- metros de Leme, registrou três mortes por febre maculosa em 2025. Um parque local foi inter- ditado pela prefeitura, já que duas destas vítimas frequenta- ram o local.

Neste ano, 36 casos da doença haviam sido registrados em todo o estado, com 18 óbitos contabi- lizados até outubro. Agora, já são 20. Em todo o ano passado, fo- ram 72 casos, com 26 mortes.

DOENÇA

A febre maculosa, também conhecida como doença do car-

rapato, é uma infecção febril de gravidade variável, com elevada taxa de letalidade. Causada por uma bactéria do gênero *Rickett- sia*, a doença é transmitida pela picada de carrapato encontrado em ambientes com animais do- mésticos, como cães e gatos, ga- do e áreas de vegetação alta.

Segundo a Secretaria de Esta- do de Saúde (SES) de São Paulo, menos de 1% dos carrapatos-est- rela estão contaminados com a bactéria que causa a doença, portanto, apenas o contato com carrapato não significa uma in- fecção no indivíduo.

SINTOMAS

Os principais sintomas da fe-

bre maculosa são: febre súbita, dores de cabeça e nas articula- ções, fraqueza extrema, cansaço ou falta de energia. Entre o ter- ceiro e o quinto dia de infecção, aparecem erupções cutâneas nos punhos e tornozelos, even- tualmente espalhando-se por todo o corpo.

PREVENÇÃO

A prevenção é essencial e in- clui evitar áreas infestadas por carrapatos, usar calças compri- das e botas ao circular em re- giões de risco. Se for encontra- do algum carrapato na pele, é preciso removê-lo imediata- mente, sem esmagá-lo com as unhas.

CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS

Construtora retirará 118 árvores de bosque na zona oeste de SP

MALU MÔES/AE

Depois de mais de um ano de disputa judicial, a Tegra Incorporadora começou a retirada de 118 árvores do terreno do Bos- que dos Salesianos, uma área de 7 mil m² com 207 árvores entre as ruas Pio XI, Sales Júnior e Presi- dente Antônio Cândido, no Alto da Lapa, na zona oeste de São Paulo. No local serão construídas torres residenciais.

O Tribunal de Justiça de São Paulo autorizou a retomada das atividades, após a obra ter sido suspensa a pedido da Promoto- ria de Justiça do Meio Ambiente. Em agosto, a construtora firmou um Termo de Compromisso Am- biental com a Prefeitura permi- tindo o manejo das árvores me- diante o plantio compensatório de 1.799 árvores nativas na re- gião, além de investimentos para melhoria no bairro.

Segundo o Termo de Com- promisso Ambiental assinado

entre a Prefeitura e a Tegra, 26 ár- vores nativas da Mata Atlântica serão cortadas. Outras 66 de es- pécies exóticas e sete invasoras também serão retiradas. De acordo com o documento, 19 exemplares já estão mortas.

Haverá o plantio interno no terreno de 120 mudas. Já o plan- tio compensatório de 1.679 mu- das será feito em outros espaços do bairro.

O documento determina que cada muda tenha três centíme- tros e sejam de espécies nativas do Estado. O município ainda es- tabelece que o plantio deverá ser realizado após o término da obra.

"A Procuradoria Geral do Mu- nicípio informa não haver, atual- mente, qualquer decisão judicial que impeça a intervenção no lo- cal citado", informou a Prefeitura, em nota. O Executivo aponta que a liberação foi baseada em "fun- damentação técnica e legal, pre- zando pelo equilíbrio ambiental".

AGRICULTURA

Parelheiros se destaca na produção agrícola em São Paulo

Entre avenidas movimentadas e bairros cheios de vida, há um la- do pouco conhecido da capital paulista: o campo que resiste e prospera dentro da cidade. Pe- quenos e médios produtores mantêm uma agricultura ativa, sustentável e próxima do consu- midor, mostrando que o agro também faz parte da vida urbana.

Localizado no extremo sul da capital paulista, o bairro de Pare- lheiros é um exemplo de produ- ção rural. A região possui aproxi- madamente 400 produtores, com destaque para culturas de frutas e hortaliças, segundo a Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo. Além disso, o local possui cerca de 20 quilômetros de estra- das rurais.

Nascida e criada no bairro, Yu- mi Murakami é produtora de fru- tas e dá continuidade ao legado da família, seguindo os passos do pai na agricultura. “A produção familiar dentro da cidade de São Paulo é uma vitória. Nós temos o privilégio de estarmos em plena capital, a apenas 32 km do centro, plantando em nossa terra, temos nossa água limpa, mantendo a mata ao redor intacta”, destaca Yumi. O cultivo, que começou com o plantio de bananas, evo- luiu ao longo dos anos e hoje con- ta com mais de 15 certificações orgânicas, resultado do trabalho sustentável e da dedicação da fa- mília à agricultura familiar.

Atuante nas feiras livres orgâ- nicas da capital paulista, Yumi



percebe o aumento constante na procura por produtos orgânicos. Segundo ela, os consumidores buscam cada vez mais alimentos voltados à saúde e reconhecem a diferença no sabor e na qualidade das frutas cultivadas de forma na- tural. Com esse foco, a produtora mantém o compromisso de ofere- cer alimentos saudáveis, cultiva- dos com respeito ao meio am- biente e à tradição da agricultura familiar.

A produtora Roseilda Lima Duarte, do Sítio Bebedouro Agri- cultura Orgânica, cultiva hortali- ças e frutas e mantém uma atua- ção que vai além da comercializa- ção. Ela abastece restaurantes, consumidores locais e ainda des- tina parte de sua produção a pro- jetos sociais e iniciativas de edu- cação ambiental. Com o apoio da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Lim-

pa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas), ela consegue es- coar os alimentos para restauran- tes e institutos voltados à produ- ção orgânica, como o Barú, Feira Livre e Chão. Roseilda também abre as portas do sítio para o turis- mo pedagógico, recebendo esco- las e visitantes interessados em conhecer o cultivo orgânico. Ao fi- nal de cada visita, todos levam pa- ra casa uma sacola com produtos frescos. Além de ser uma área ru- ral dentro da zona urbana, a pro- dução em Parelheiros também se destaca pela forma como os pro- dutos chegam ao consumidor. Diferente do caminho que os pro- dutos do interior percorrem, a lo- calização facilita a chegada ao consumidor final, que muitas ve- zes mora no próprio bairro.

Engenheiro agrônomo e pro- dutor, Luciano Santos realiza o cultivo de plantas ornamentais e

cita justamente a diferença do perfil do consumidor da produ- ção urbana. “Nossos principais compradores são varejistas, pai- sagistas e viveiros da região. Por estarmos na cidade, um dos nos- sos diferenciais é essa proximida- de com o cliente final”, destacou o produtor.

CAMPO E CIDADE

Assim como na zona rural, a Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) também está pre- sente na extensão rural ao agricul- tor da área urbana. Segundo Lu- cas Volpato, especialista agrope- cuário da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em São Paulo, o perfil do produtor nas áreas urbanas se assemelha mu- ito ao produtor rural. Apesar disso, ele aponta a vocação para a ques- tão agroecológica, afirmando que os agricultores na cidade pos- suem uma ação maior neste as- sunto. “O produtor urbano tem essa questão mais já enraizada. Não é algo que precisamos expli- car para ele. É algo que ele já pro- duz dessa maneira, que ele já pensa assim. É um agricultor já mais focado em mudanças climá- ticas e questões mais agroecológi- cas”, explicou.

A fiscalização e os aspectos le- gais das produções em áreas ur- banas são iguais às do campo. O ponto crucial a ser observado é se o plantio está em conformidade com as regulamentações munici- pais da cidade.

JUSTIÇA MILITAR

Presidenta do STM é atacada por ministro ‘apoia

RAYSSA MOTTA/AE

A presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, reagiu ontem, às críticas que recebeu do ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira, seu colega na Corte, após ela pedir desculpas às vítimas da ditadura em nome da Justiça Militar.

Em pronunciamento antes da sessão de julgamentos, Maria Elizabeth afirmou que as declarações foram misóginas e que o episódio foi usado como "pretexto para ataque pessoal".

"Essa agressão desrespeitosa não atinge apenas esta magistrada, atinge a magistratura feminina como um todo", disse a presidente do STM nesta tarde.

"A crítica jurídica cabe, ataques de cunho pessoal e misógino não", seguiu Maria Elizabeth.

O desentendimento entre os ministros foi causado pelo discurso de Maria Elizabeth no ato inter-religioso que ocorreu na Catedral da Sé, em São Paulo, pelos 50 anos da morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nos porões da ditadura, em outubro de 1975.

Durante o ato, a ministra pediu perdão, em nome do STM, a "todos que tombaram e sofreram lutando pela liberdade no Brasil" pelos "erros e omissões judiciais cometidos durante a ditadura". Foi aplaudida longamente pela plateia.

O ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira criticou a presidente do STM na última sessão plenária, na semana passada, sem a presença dela.

Ele sugeriu que a ministra deveria "estudar um pouco mais de História" para "opinar sobre a situação no período histórico a que ela se referiu e sobre as pessoas a quem pediu perdão".

Amaral Oliveira também disse que o posicionamento da presidente do Superior Tribunal Militar foi superficial e teve "abordagem política".

Ao reagir nesta terça, a mi

nistra disse que conhece "muito bem a História" e que "não há dúvidas" sobre as violências da ditadura militar.

Maria Elizabeth afirmou que o pronunciamento no ato em São Paulo foi feito "em primeira pessoa e na qualidade de Presidente do STM, em estrito limite institucional, investida que estou do múnus constitucional inerente ao cargo".

"Tratou-se de gesto eticamente republicano e constitucionalmente afinado com a memória, a verdade e a não repetição de violências, certa de que a dor transpassa o coletivo e que, muitos, como eu, têm registros de lágrimas derramadas por familiares martirizados pela ditadura", afirmou.

A ministra finalizou dizendo que tem compromisso com os direitos humanos, com a democracia e com a "urbanidade" no trato institucional. "Não retruco briga com briga nem ofensa com ofensa."

Carlos Augusto Amaral Oliveira, que é Tenente-Brigadeiro do Ar, cargo mais alto na hierarquia da Aeronáutica, negou ter sido misógino e afirmou que o entreviro "projeta o tribunal de uma maneira muito negativa".

"A senhora pode achar o que a senhora quiser, eu realmente não ligo muito", respondeu o ministro.

Maria Elizabeth é a primeira mulher a ocupar a presidência do STM. A ministra civil é uma voz progressista - e frequentemente divergente - no tribunal composto majoritariamente por quadros das Forças Armadas.

Em sua primeira passagem na presidência, ela mandou degravar todos os áudios das sessões secretas dos presos políticos julgados na ditadura. A ministra é casada com o general de divisão Romeu Costa Ribeiro Bastos. Um irmão dele, Paulo Costa Ribeiro Bastos, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), guerrilha contra a ditadura, foi torturado e morto pelos militares.

PRÍNCIPE WILLIAM

Marina anuncia criação de coalizão contra crimes ambientais



GABRIELA DA CUNHA/AE

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva (**foto**), anunciou ontem a formação da Coalizão pela Ação Multilateral contra os Crimes que afetam o Meio Ambiente. O objetivo é que governos, organizações internacionais e sociais, além do setor privado, adotem protocolos comuns para o enfrentamento de crimes ambientais.

"Essa coalizão reflete a consciência de que enfrentar os crimes ambientais exige ação multilateral efetiva, baseada em cooperação, confiança e solidariedade internacional" disse na abertura da quarta Cúpula Global Anual da United for Wildlife, no Rio de Janeiro. A cúpula faz parte do programa United for Wildlife da The Royal Foundation, criado em 2013

pelo Príncipe William.

"O avanço de um marco jurídico, no âmbito da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Convenção de Palermo, é um avanço essencial", exaltou.

A nova coalizão para combater o crime ambiental é composta por África do Sul, Bolívia, Colômbia, Peru, São Tomé e Príncipe, Gabão, Panamá, República Democrática do Congo e Suriname.

"Sem uma base legal e sólida, não será possível combater de forma eficaz as redes criminosas que atuam contra a nossa biodiversidade, contaminam nossos rios e exploram povos indígenas e populações locais. Esperamos que esta mobilização global avance até a Conferência das Partes prevista para outubro de 2026 COP31", disse.

SENADO

Contarato vai presidir a CPI do Crime Organizado

RAYANDERSON GUERRA E ADRIANA VICTORINO/AE

O senador petista Fabiano Contarato(**foto**) (ES) foi escolhido para presidir a CPI do Crime Organizado, instalada no Senado ontem. Delegado de polícia por 27 anos, ele foi eleito senador pelo Espírito Santo em 2018, pela Rede Sustentabilidade.

Em dezembro de 2021, ele deixou o partido pelo qual venceu o pleito e ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 2022 e 2023, ele foi líder da sigla de Lula no Senado. Em maio do ano passado, foi único senador do PT que votou a favor da derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no projeto de lei que pôs fim à "sai-dinha" de presos.

Contarato também ganhou destaque na CPI da Covid, em 2021, quando relatou ter sido alvo de ataque homofóbico durante depoimento do empresário Otávio Fakhoury. O senador, que é o primeiro parlamentar gay assumido da história do Senado, exigiu um pedido de desculpas e cobrou investigação sobre o caso.

Natural de Nova Venécia (ES), Contarato formou-se em Direito pela Universidade Vila Velha, onde também foi professor. É pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal e possui especialização em Impactos da Violência na Escola pela Funda-



LULA MARQUES/ABRASIL

ção Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Antes da vida política, passou por diversos cargos na administração pública: foi delegado de delitos de trânsito por mais de dez anos, diretor-geral do Detran-ES e corregedor-geral do Estado na Secretaria de Controle e Transparência.

Em 2020, foi indicado pelo então presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), para integrar o Conselho Nacional de Direitos Humanos, ligado

ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

CPI DO CRIME

O colegiado investigará, entre outras coisas, o tráfico, a milícia, o uso de fintechs, bancas de advocacia e criptomoedas para a lavagem de dinheiro e a necessidade de integração entre os órgãos de segurança pública e as Forças Armadas. O relator será o senador Alessandro Vieira.

"Assumo a missão de presi-

dir a CPI do Crime Organizado com humildade e com um compromisso inegociável: investigar com independência, transparência e coragem. Será uma comissão para ir até o topo da cadeia criminoso, para identificar e responsabilizar não apenas os executores, mas também os líderes, financiadores e cúmplices que lucram com a violência e a corrupção", disse Contarato em publicação no X.

Contarato diz que segurança pública não é tema 'exclusivo da direita'

BRUNA ROCHA/AE

Escolhido para presidir a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, o senador Fabiano Contarato (PT-ES) disse que o tema da segurança pública não é exclusivo da direita e deve ser tratado de forma propositiva.

O senador destacou que o objetivo é blindar os debates ideológicos e partidários na CPI.

"Eu acho que passou da hora do campo progressista entender que a pauta da segurança pública não é exclusiva da direita ou

do movimento conservador. Passou da hora da gente falar em segurança pública de forma mais propositiva, pensando no resultado para a população", declarou Contarato à CNN Brasil.

O petista também afirmou que a segurança pública é um direito de todos e um dever do Estado, reforçando também que se faz necessário criar soluções rápidas para enfrentar a evolução do crime organizado.

Sobre a atuação da CPI, Contarato destacou que vai "blindar" a comissão contra qualquer interferência ideológica

ou partidária.

"Eu tenho minha consciência muito tranquila de que vou blindar esta comissão parlamentar de inquérito de qualquer pirotecnia, de qualquer discussão ideológica partidária, porque a segurança pública é um tema sério, complexo, que exige uma resposta para a população", disse.

O senador também pontuou que "precisamos ser mais inteligentes do que apenas atuar na ponta" e negou que a comissão irá ouvir criminosos detidos, como Marcinho VP, um dos líderes do Comando

Vermelho (CV).

"A gente tem que entender o que está por trás dessa insegurança, em que o Estado brasileiro não está exercendo a sua função constitucional. Claro que, durante a CPI, se houver necessidade, isso pode ocorrer, mas esse não é o foco neste primeiro momento", explicou Contarato.

Nesta terça-feira, a comissão decidiu ouvir ministros, governadores, secretários, o chefe da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, e o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Luiz Fernando Corrêa.

SE BEM DE SAÚDE

Lula volta a sinalizar que deve concorrer à reeleição em 2026

LAVÍNIA KAUCZ E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, voltou a sinalizar ontem, que deve concorrer à reeleição em 2026 se estiver "bem de saúde".

"Se depender de mim, ninguém de extre-

ma direta, negacionista, vai governar este País", reforçou em entrevista a agências internacionais em Belém (PA), onde será sediada a COP30 neste mês.

"Meu esforço é para que a democracia vença, e temos que fazer o povo compreender a diferença entre democracia e o auto-

ritarismo", afirmou o presidente.

Lula ainda comentou o encontro com o presidente dos EUA, Donald Trump, que disse que os dois tiveram "química". "Aquela história que o Trump brincou de química, a vida inteira eu digo que a minha relação com o ser humano é química",

comentou. "Comigo é assim, eu gosto das pessoas por olhar as pessoas."

E finalizou o presidente da República: "Não vejo por que não me dar bem com o Trump. Eu disse pra ele, a relação de dois chefes de Estado não é ideológica."

STF

Câmara aprova reajuste para servidores do Poder Judiciário

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem dois projetos de lei que reajustam remunerações das carreiras do Poder Judiciário. Os textos, de autoria do Supremo Tribunal Federal, ainda passarão por análise do Senado. O Pro-

jeto de Lei (PL) 4750/25, concede reajuste sobre os salários de 8% em julho de cada ano, de 2026 a 2028. Já o Projeto de Lei 3084/25, reformula o Adicional de Qualificação (AQ) vigente para criar novas categorias de cursos que podem resultar em acréscimo salarial para o servidor e reajusta os

valores atuais. Ao propor o reajuste de 8%, em 2026 e 2028, o STF argumentou que houve uma perda de poder aquisitivo de 24,21% desde fevereiro de 2019 até julho de 2025, apesar de os servidores terem reajustes de 2023 a 2025. Os dados levam em conta o acúmulo do Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA).

Já o adicional de gratificação (AQ), abordado no PL 3084/25, é aplicado aos servidores com pós-graduação ou cursos de qualificação, que podem receber de 1% (ações de treinamento de 120 horas), 7,5% (especialização), 10% (mestrado) e 12,5% (doutorado).

FORMA ESCALONADA

Câmara aprova ampliação gradual da licença-paternidade

MARINA RAMOS/CÂMARA DOS DEPUTADOS



LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o projeto de Lei (PL) 3935/2008 que aumenta de maneira gradual a licença paternidade até 20 dias.

A proposta, aprovada de maneira simbólica com o voto contrário do Novo, aumenta a licença de forma escalonada de 10 dias do primeiro ao segundo ano de vigência da lei até 20 dias a partir do quarto ano. A licença ainda poderá ser dividida em dois períodos a partir da requisição do empregado. O texto agora retorna para análise no Senado.

Inicialmente, o projeto previa que a licença seria de 10 dias no 1º ano de aplicação da lei, de 15 dias no segundo ano, com acréscimo de 5 dias/ano até 30 dias no 5º ano, mantido daí em diante. Porém, o relator, deputado Pedro Campos (PSB-PE), teve que fazer ajustes no texto para conseguir a aprovação. Além disso, o projeto determina que a licença de 120 dias será concedida apenas em caso de falecimento materno.

Com as alterações, o prazo máximo estabelecido para a licença-paternidade será de 10 dias, do primeiro ao segundo ano; 15 dias, do segundo ao terceiro ano; e 20 dias, a partir do quarto ano. Além disso, a proposta determina que a licença de 20 dias só será concedida se o governo conseguir cumprir as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao segundo ano de aplicação da lei.

Caso a meta não seja verificada, a licença de 20 dias só entrará em vigor a partir do segundo exercício financeiro seguinte àquele em que se verificar o cumprimento da meta.

O texto diz ainda que a licença-paternidade e o salário-paternidade nos casos de nascimento, adoção ou guarda ju-

dicial para fins de adoção de criança ou adolescente com deficiência, passarão de 30 para 60 dias, com vigência escalonada até o quinto ano de vigência da lei.

A licença-paternidade é concedida ao empregado, com remuneração integral, em razão de nascimento de filho, de adoção ou de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, sem prejuízo do emprego e do salário.

Ao argumentar pela defesa da proposta, o relator afirmou que nenhum direito é mais fundamental do que o de nascer cercado de cuidado. Campos apontou ainda que o tema era alvo de debates desde a Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988, que reconhece a família como base da sociedade e impõe ao Estado o dever de lhe assegurar especial proteção.

“Durante décadas, o Direito do Trabalho brasileiro reconheceu essa necessidade apenas pela perspectiva materna. A licença-maternidade representou um avanço civilizatório, mas a paternidade permaneceu à margem, como se o cuidado fosse uma atribuição exclusiva da mulher. Essa assimetria repercute não apenas na sobrecarga das mães, mas também na ausência paterna em um dos períodos mais decisivos da vida da criança”, observou.

Os recursos para o pagamento da licença virão do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Caso o texto seja aprovado, a estimativa apresentada pelo relator diz que a previsão é de que o impacto fiscal líquido (despesas e perda de receita) será de cerca de R\$ 2,61 bilhões, em 2026; de R\$ 3,3 bilhões, em 2027; de R\$ 4,35 bilhões, em 2028; de R\$ 5,44 bilhões em 2029.

Pedro Campos apontou que os recursos para a nova política podem vir do Regime Espe-

cial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp), que prevê a atualização do valor e a regularização de veículos, imóveis, valores, títulos e ações no Imposto de Renda, caso sejam lícitos e não tenham sido declarados.

Poderá ser considerada, como fonte de custeio complementar, a receita prevista no Projeto de Lei Complementar apresentado pelo Governo na Câmara dos Deputados, que visa elevar a arrecadação federal em R\$ 19,76 bilhões em 2026.

O projeto promove alterações diretas na Consolidação das Leis do Trabalho. A licença-paternidade passa a figurar, ao lado da licença-maternidade, como direito social de mesma hierarquia e abrangência. Para tanto, cria um novo benefício denominado salário-paternidade, de idêntica duração ao da licença-maternidade.

O texto diz ainda que o salário-paternidade será destinado às mesmas categorias de segurados atualmente contempladas pelo salário-maternidade, e, ressalvados os empregados em geral, será pago diretamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a quem também caberá o pagamento ao empregado do microempreendedor individual.

Conforme o texto, está prevista a concessão de incentivos fiscais para as empresas aderirem à licença. Além disso, o projeto diz que a licença pode ser suspensa pela Justiça quando houver elementos que indiquem a prática, pelo pai, de violência doméstica ou abandono material em relação a criança.

O projeto diz ainda que será permitida a manutenção simultânea de salário-paternidade e salário-maternidade, em relação a nascimento ou adoção, ou guarda judicial para fins de adoção, de uma mesma criança ou adolescen-

te. Porém, o primeiro estará condicionado ao afastamento do segurado do trabalho ou da atividade desempenhada, sob pena de suspensão do benefício.

“A medida harmoniza, assim, o dever constitucional de proteção com a racionalidade econômica, pois o envolvimento paterno fortalece vínculos familiares, reduz desigualdades e favorece ambientes de trabalho mais equilibrados e produtivos”, pontuou Campos.

Deputados do Novo se posicionaram contra a matéria. O líder Marcel van Hattem (Novo-RS) criticou o projeto com o argumento de que estabelecer uma licença-paternidade ampliada vai prejudicar a atividade econômica, especialmente as micro e pequenas empresas.

Segundo o parlamentar, a iniciativa traz “preocupação para o mercado de trabalho”.

“Haverá uma ampliação de licenças obrigatórias, reduzindo margens de compensação, afetando as pequenas e microempresas que menos condições de arcar com essa mudança abrupta na legislação. O novo tem se colocado contrariamente a matéria. Manifestamos a posição contrário do partido”, afirmou.

O argumento foi rebatido pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que lembrou que o projeto foi apresentado em 2008. A deputada esclareceu que os recursos virão da Seguridade Social.

“O problema é que o argumento sempre é de quem paga. Mas quem a paga a licença-maternidade e a paternidade é o trabalhador na assistência social”, afirmou.

A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) comemorou a aprovação. “Hoje foi uma vitória de toda a bancada feminina, mas também do Parlamento brasileiro que hoje está ouvindo os pais, ouvindo as mães e ouvindo as famílias”, disse.

POLÍCIA FEDERAL

Foco tem que ser nos cabeças do crime organizado, diz Lula

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o governo federal está empenhado em medidas para “quebrar a espinha dorsal” de grupos que atuam no tráfico de drogas e no crime organizado. Ele defendeu a aprovação do projeto de lei que endurece penas a integrantes e líderes de facções.

“Com mais inteligência, integração entre as forças de segurança e foco nos cabeças do crime - quem financia e comanda as facções”, escreveu o presidente em uma postagem na plataforma X.

Desde 2023, segundo Lula, as ações capitaneadas pelo governo federal retiraram R\$ 19,8 bilhões das mãos de criminosos, no que chamou de “maior prejuízo já imposto ao crime, enfraquecendo lideranças e redes financeiras”. O número de operações da Polícia Federal saltou, de acordo com o presidente, de 1.875,

em 2022, para 3.393 em 2024. Em 2025, já são 2.922 até outubro.

Nas rodovias, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu 850 toneladas de drogas em 2024.

“Para sustentar esses avanços, o governo enviou ao Congresso o PL (projeto de lei) Antifacção, que endurece as penas e asfixia financeiramente as facções; e a PEC da Segurança Pública, que moderniza e integra as forças policiais, incorpora as Guardas Municipais e garante recursos permanentes para estados e municípios”, acrescentou o presidente.

Mais cedo, Lula, que está em Belém para a Cúpula do Clima, na COP30, conversou com jornalistas de agências internacionais de notícias e afirmou que a megaoperação policial das forças policiais no Rio de Janeiro, na semana passada, foi “desastrosa”. A incursão nos complexos de favelas da Maré e da Penha resultou na morte de 121 pessoas, incluindo quatro policiais.

Transferência temporária

Lula sanciona lei que transfere capital para Belém temporariamente

RICARDO STUCKERT/PR



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem a lei que transfere, temporariamente, a capital brasileira de Brasília para Belém (PA). A mudança tem validade durante o período de realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP30), entre 11 e 21 de novembro de 2025. A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional. A Lei 15.251 foi publicada hoje no Diário Oficial da União.

De acordo com o governo, a transferência temporária tem caráter simbólico e político e “reforça a relevância da Amazônia na agenda ambiental internacional”, além de eviden-

ciar o compromisso do país com as questões globais do clima.

Todos os atos e despachos expedidos nesse intervalo, inclusive os do presidente da República e dos ministros, terão o registro da capital paraense. Durante o período, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário poderão se instalar na cidade de Belém para a condução de suas atividades institucionais e governamentais.

Caso semelhante já ocorreu em 1992, quando a capital federal foi transferida para o Rio de Janeiro, durante a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

NOVA LEGENDA

TSE aprova por unanimidade criação do partido Missão

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou ontem a criação do partido Missão. A legenda adotará o número 14 na urna eletrônica.

Com a decisão, o país passa a ter 30 legendas autorizadas a dis-

putar as eleições gerais de 2026.

Por unanimidade, os ministros aprovaram o pedido de registro do partido e reconheceram que a legenda cumpriu os requisitos estabelecidos pela legislação eleitoral.

Os advogados apontaram que o Missão obteve 577.999 as-

sinaturas de eleitores favoráveis à criação, superior ao mínimo de 547 mil assinaturas previstas por lei e equivalente a 0,5% dos válidos para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2022. Além disso, o partido constituiu diretórios regionais e estabeleceu em seu estatuto medidas de

prevenção à violência de gênero na política.

A nova legenda é ligada ao Movimento Brasil Livre (MBL) e defende o fim de privilégios do funcionalismo público, endurecimento das leis penais, respeito à responsabilidade fiscal e combate ao desmatamento.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

WASHINGTON

Ameaça de bomba paralisa voos no aeroporto Reagan

Os voos de entrada e saída do Aeroporto Nacional Ronald Reagan, na área de Washington, D.C., foram retomados depois que as pistas foram interrompidas ontem, devido a uma ameaça de bomba, anunciaram as autoridades federais. A ameaça foi direcionada a um voo da United Airlines que viajava de Houston, no Texas, para o aeroporto, disse o Secretário de Transporte dos EUA, Sean Duffy, no X.

Todos os outros voos fo-

ram suspensos enquanto a aeronave era movida para uma área isolada do campo de aviação e os passageiros desembarcavam e eram levados de ônibus para o terminal, de acordo com um porta-voz da Autoridade de Aeroportos Metropolitanos de Washington.

As operações foram retomadas por volta das 13h30 (horário local), de acordo com Duffy, que agradeceu à polícia pela resposta rápida.

FIM DO SHUTDOWN

EUA: Câmara pretende retormar atividades se Senado aprovar projeto

LAÍS ADRIANA/AE

O presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Mike Johnson (**foto**), afirmou ontem, que retomará as atividades da casa, se o Senado conseguir aprovar o projeto orçamentário para reabrir o governo. A Câmara aprovou na segunda-feira, um período de "trabalho distrital" até domingo, que suspende a tramitação e votação de projetos nesses dias.

Johnson, contudo, disse que não espera que os líderes democratas no Congresso, o senador Chuck Schumer e o deputado Hakeem Jeffries, votem a favor do orçamento.

O presidente da Câmara reconheceu ainda que o projeto precisará de ajustes, como possivelmente estender a duração do orçamento até janeiro. "Perdemos muito tempo nas discussões e com o shutdown, não podemos correr riscos estendendo só até dezembro", pontuou, em coletiva de imprensa nesta tarde.

"Estamos correndo contra o relógio", disse Johnson. "Talvez tenham pessoas felizes em ver o maior shutdown da história, mas não estamos aqui para jogar um jogo político."

A paralisação do governo federal chegou ao seu 35º dia nesta terça-feira, empatando com o shutdown recorde de 2018-2019, também sob a gestão do presidente Donald Trump.

Na mesma coletiva, a secre-



WIKIPÉDIA

tária do Trabalho, Lori Chavez-DeRemer, alertou que já enviou cartas para todos os 50 Estados americanos sobre a suspensão de auxílio-desemprego, caso o shutdown continue. "Esta é a próxima etapa, temos muitas pessoas que podem não receber o auxílio neste mês", disse. "E sim, isso já está impactando a força de trabalho".

Chavez-DeRemer afirmou que o governo está comprometido em soltar relatórios com dados sobre a economia e o mercado de trabalho o mais rápido possível, assim que o governo for reaberto.

EUA

Tesouro sanciona banqueiros e empresas da Coreia do Norte

PEDRO PENTEADO/AE

O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos sancionou oito indivíduos e duas empresas da Coreia do Norte por envolvimento em esquemas de lavagem de dinheiro ligados a crimes cibernéticos e fraudes de trabalhadores de tecnologia da informação (TI).

Segundo o escritório, os alvos faziam parte de uma rede que movimentou milhões de dólares obtidos por hackers e programadores norte-coreanos no exterior.

"Hackers patrocinados pelo Estado norte-coreano roubam e lavam dinheiro para financiar o programa nuclear do regime", disse o subsecretário do Tesouro, John K. Hurley.

Segundo o Departamento, nos últimos três anos, grupos ligados a Pyongyang roubaram

mais de US\$ 3 bilhões, principalmente em criptomoedas.

Entre os sancionados estão os banqueiros Jang Kuk Chol e Ho Jong Son, que administraram cerca de US\$ 5,3 milhões em criptomoedas para o First Credit Bank, já listado pelo Tesouro.

Também foram incluídos a Korea Mangyongdae Computer Technology Company (KMCTC), seu presidente U Yong Su, e o Ryujong Credit Bank, além de cinco representantes de bancos estatais que atuavam na China e na Rússia.

As sanções bloqueiam todos os bens e interesses das pessoas e entidades envolvidas sob jurisdição dos EUA. Empresas com 50% ou mais de participação de indivíduos designados também são afetadas.

O Tesouro afirmou que o objetivo é "promover uma mudança positiva de comportamento", e não punir.

INTERVENÇÃO

Classificar facções como terrorismo expõe o Brasil

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A proposta que pretende equiparar as facções criminosas à prática do terrorismo expõe o Brasil à estratégia intervencionista dos Estados Unidos (EUA) na América Latina, alertam especialistas em relações internacionais, terrorismo e segurança pública.

O Projeto de Lei (PL) 1.283/2025, que equipara as facções ao terrorismo, pode ser votada nesta terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O tema ganhou força após a megaoperação no Rio de Janeiro da semana passada.

Os estudiosos apontam que o crime organizado que busca o lucro – como as organizações que movimentam bilhões com o tráfico de drogas – tem natureza distinta do terrorismo, que sempre tem um objetivo político por trás.

O jurista e professor do direito Walter Maierovitch enfatizou que são fenômenos distintos e que é preciso diferenciar método terrorista de terrorismo.

“As pessoas não técnicas fazem confusão em distinguir terrorismo com método terrorista. Por exemplo, um vizinho, depois de desavença, joga uma bomba na casa do litigante. Isso é método terrorista e não terrorismo. No direito internacional, a distinção é feita e existe a Convenção das Nações Unidas que contempla o crime organizado”, afirmou à reportagem.

A coordenadora do núcleo de estudos de terrorismo e crime transnacional da PUC Minas Rashmi Singh explicou à Agência Brasil que o aumento do número de grupos/indivíduos designados como terroristas pelos EUA tem legitimado ações políticas e militares norte-americanas no mundo.

“Isso resultou não apenas na invasão ilegal do Iraque em 2003 (ação que levou ao surgimento da Al-Qaeda no Iraque, que não existia antes da invasão, e ao surgimento do que ficou conhecido como Estado Islâmico), mas também no surgimento de centros de detenção secretos e prisões sem julgamento e, em muitos casos, sem provas em prisões como Guantánamo”, disse a especialista.

Singh explica que essas ações são ilegais segundo o direito internacional humanitário, mas que veem sendo progressivamente normalizadas nos últimos 25 anos.

“(Essa normalização) é comprovado pelo fato de o genocídio em curso em Gaza, desde 2023, ter sido justificado (e con-

tinuar a ocorrer e a ser justificadocomo com a linguagem do contraterrorismo e do combate a um grupo terrorista – neste caso, o Hamas”, completou.

Para a professora da PUC Minas, a discussão desse tema no Brasil revela a influência dos EUA no “seu quintal”, uma vez que estaríamos internalizando a política atual do presidente de Donald Trump, que vem sendo usada para justificar as ações militares no Caribe.

“Mas a grande maioria dos países e instituições internacionais se absteve de rotular suas próprias organizações criminosas locais – como gangues britânicas ou a ‘Ndrangheta (máfia) italiana’ – como organizações terroristas. Não apenas para evitar a pressão e uma possível intervenção dos EUA, mas também devido à série de problemas que tal designação acarretaria”, completou.

GEOPOLÍTICA

O governo de Donald Trump vem reorientando a política externa de Washington em relação à América Latina nos últimos meses, direcionando sua máquina de guerra para a região sob a justificativa de combater o que chama de “narcoterrorismo”.

“Governos alinhados ideologicamente com Trump vêm fazendo movimentos para autorizar a implantação de bases dos EUA e a atuação direta de forças especiais daquele país em seus territórios, como no Peru, no Equador e na Argentina, além do posicionamento da frota naval dos EUA na frente da Venezuela, com o pretexto de enfrentar o tráfico de drogas”, escreveu Alberto Kopitkke, em artigo na Washington Brazil Office (WBO), organização que estuda as relações Brasil-EUA.

No mesmo dia da operação policial no Rio de Janeiro, o governo de Javier Milei, na Argentina, aliado de primeira ordem de Trump, afirmou que iria classificar as facções brasileiras como terroristas.

Também ex-diretor da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Alberto Kopitkke afirma que o governo brasileiro precisa tomar medidas urgentes para “bloquear o movimento geopolítico que tem sido feito, que utiliza esse grave problema para outros interesses”.

O governo tem apostado na PEC da Segurança Pública e no Projeto de Lei (PL) Antifacção, visando ao endurecimento das penas contra membros de organizações criminosas e apostando na maior integração entre as forças federais, estaduais e municipais de segurança.

A doutora em relações internacionais Rashmi Singh lembra que classificar grupos de narcotraficantes como terroristas deu ao presidente Trump liberdade para adotar medidas militares, com ou sem provas, contra territórios latino-americanos.

“Vimos recentemente como as forças armadas dos EUA começaram a usar a força contra cartéis de drogas estrangeiros, incluindo ataques com mísseis no Caribe”, comentou.

Recentemente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) comentou postagem do secretário da Guerra dos EUA, Pete Hegseth, pedindo para que as forças armadas do país norte-americano viessem ao Brasil “ajudar” a combater grupos criminosos internos.

O irmão de Flávio, deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), foi denunciado pela Procuradoria Geral da República por tentar intimidar o Supremo Tribunal Federal (STF), ao fazer campanha para sanções contra ministros do STF e pelo tarifaço econômico contra o Brasil. A atuação da família Bolsonaro ocorre no contexto do julgamento do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado pelo Supremo a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes.

DIFERENÇAS

Rashmi Singh enfatizou que facções criminosas não podem ser equiparadas ao terrorismo, pois cada tipo de crime requer respostas específicas e adequadas.

“Criminosos são motivados principalmente por lucros, enquanto terroristas são, em última análise, movidos por objetivos políticos, como mudança de regime ou concessões políticas. Isso significa que grupos terroristas não usam o crime para ganhar dinheiro para seus objetivos? Claro que não. Mas o objetivo final deles é sempre político e não financeiro”, comentou.

Singh cita, como exemplo, a remoção de lideranças de movimentos insurgentes ou terroristas, o que pode enfraquecê-los, já que esses grupos dependem de figuras carismáticas para manter a coesão do grupo.

“Em contrapartida, eliminar os chefes de organizações criminosas pode intensificar o derramamento de sangue, à medida que facções rivais se enfrentam para controlar mercados lucrativos e rotas de tráfico. Novamente, isso não significa que não haja sobreposições ou que, em alguns casos e lugares, não exista uma ligação entre crime e terrorismo – mas crime e terrorismo ainda são duas

coisas muito diferentes”, acrescentou.

TRUMP

No primeiro dia do seu mandato, o presidente Donald Trump assinou a Ordem Executiva 14157, classificando cartéis de drogas como organizações terroristas globais, o que abriu a possibilidade de atuação das forças armadas dos EUA diretamente contra essas organizações.

Ainda em fevereiro deste ano, os EUA determinaram que oito organizações narcotraficantes passassem a ser consideradas terroristas, principalmente no México, América Central e Venezuela.

Em maio, comitiva do governo Trump questionou o governo brasileiro sobre a classificação das facções que atuam no país, como PCC (Primeiro Comando da Capital) e CV (Comando Vermelho), como terroristas.

No mesmo mês de maio, a Câmara dos Deputados aprovou a urgência do projeto de lei (PL) 1.283/2025, que equipara as facções ao terrorismo.

O governo brasileiro tem rejeitado essa equiparação alegando que as atividades das organizações criminosas não podem ser classificadas como terrorismo, segundo explicou o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski.

“O terrorismo envolve sempre uma questão ideológica. Uma atuação política, uma repressão social com atentados esporádicos. As facções criminosas são constituídas por grupos de pessoas que sistematicamente praticam crimes que estão capitulados no Código Penal. Portanto, é muito fácil identificar o que é uma facção criminosa pelo resultado de suas ações”, disse o ministro.

A fala ocorreu após reunião com o governador Cláudio Castro, do Rio de Janeiro (RJ), que tem classificado as facções como “narcoterroristas”.

RIO DE JANEIRO

Veículos de imprensa como CCN Brasil e O Globo informaram, logo após a operação policial no Rio que assassinou 121 pessoas, e com base em fontes não identificadas “próximas ao governador”, que o governo Castro enviou relatório ao governo Trump detalhando a atuação das facções no estado e argumentando que isso seria terrorismo.

A Agência Brasil procurou a assessoria do governador para confirmar ou negar a informação, mas não obteve qualquer retorno. A relação com governos estrangeiros é, segundo a Constituição, uma competência exclusiva da União.

EX-VICE-PRESIDENTE

Morre Dick Cheney considerado o 'arquiteto' da Guerra ao Terror

Dick Cheney, considerado o vice-presidente mais poderoso da história dos Estados Unidos, morreu na noite de segunda-feira aos 84 anos. A família dele informou, em um comunicado, que Cheney faleceu devido a complicações de pneumonia e problemas cardíacos e vasculares.

Nascido na cidade de Lincoln, em Nebraska, ele era filho de um agente de conservação do solo do Departamento de Agricultura e mudou-se com a família para Casper, em Wyoming – um dos Estados mais republicanos dos EUA – aos 13 anos.

Em 1968, a política levou Cheney a Washington pela primeira vez, onde atuou como assessor de um congressista republicano. Antes de ingressar no governo de George W. B. Bush, ele também foi chefe de gabinete da Casa Branca e congressista por Wyoming por cinco mandatos.

No fim dos anos 1980, Cheney tornou-se secretário de De-

fesa no governo de George W. B. Bush e liderou o Pentágono durante a Guerra do Golfo Pérsico, entre 1990 e 1991, que expulsou as tropas do Iraque do Kuwait.

GUERRA AO TERROR

Cheney foi o vice-presidente durante o mandato do filho de George W. B. Bush, George W. Bush, entre 2001 e 2009. Ele era visto como o “diretor de operações” da gestão e teve participação, muitas vezes decisiva, na implementação de decisões importantíssimas para o presidente.

No início do primeiro mandato de Bush, muitos democratas e até mesmo alguns colegas republicanos se perguntavam se Cheney não era o verdadeiro mandatário em uma Casa Branca ocupada por um presidente sem experiência cujas qualificações haviam sido questionadas.

Poucos meses depois de assumir o cargo, Cheney viu os ataques terroristas de 11 de se-

tembro de 2001 marcarem a história do país. Ele transformou o cargo de número 2 dos EUA em uma rede de canais ocultos dos quais influenciava a política sobre o Iraque, terrorismo, poderes presidenciais, energia e outros pilares de uma agenda conservadora.

Cheney é apontado como o “arquiteto” da Guerra ao Terror, que começou logo após o 11 de setembro. Ele foi uma voz dominante por trás da decisão de Bush de invadir o Iraque em 2003 e, em seguida, justificar a guerra.

O então vice-presidente alegava que o líder do Iraque, Saddam Hussein, tinha ligações com terroristas da Al-Qaeda que haviam planejado os ataques terroristas e que o país tinha armas de destruição em massa, o que ameaçaria os EUA e seus aliados.

O que começou como uma operação de combate de um

mês no Iraque deu lugar a uma ocupação de quase nove anos, uma luta contra insurgentes iraquianos e uma guerra que deixou quase 4,5 mil americanos mortos e custou mais de US\$ 2 trilhões, de acordo com algumas estimativas.

Apesar de não terem sido encontradas evidências de colaboração entre o Iraque e a Al-Qaeda, os admiradores de Cheney consideravam que ele manteve a fé em um momento instável, resoluto mesmo quando a nação se voltou contra a guerra e os líderes que a conduziam.

OPOSIÇÃO A TRUMP

Cheney enfrentou problemas cardíacos durante a maior parte de sua vida adulta: ele sofreu cinco ataques cardíacos entre 1978 e 2010, usava um dispositivo para regular os batimentos cardíacos desde 2001 e, em 2012, três anos após se aposentar, passou por um transplante de coração.